

143ª REUNIÃO DA CTIL

(Transcrição *ipsis verbis*)

DATA: 12 e 13/04/2018

HORÁRIO: 9h às 18h

LOCAL: Sala T13, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

Item 7 - Encaminhamento sobre a proposta de Resolução para a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água, também é uma proposta integrante do projeto legado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – A justificativa diz: “O monitoramento de qualidade de água no Brasil é realizado em grande parte pelos órgãos gestores estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos. Visando contribuir para uma visão nacional da temática, as Unidades da Federação enviam seus dados à ANA. Todavia, isso ocorre em formatos e prazos distintos, o que dificulta a consolidação dos resultados e gera uma defasagem na divulgação das informações. Há necessidade, portanto, de se otimizar o recebimento desses dados para elaboração do Relatório de Conjuntura da ANA” a “Relevância e convergência da matéria com os programas, projetos, metas e diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos” “A matéria tem convergência com a prioridade 4 “Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas” e também “especificamente com a Ação de Investir em monitoramento qualiquantitativo de águas superficiais e subterrâneas” o escopo do conteúdo normativo “Propõe-se Resolução do CNRH que viabilize a utilização do SNIRH pelas Unidades da Federação e o estabelecimento de protocolos de troca automática de dados com aquelas que já possuem banco de dados próprio, conforme minuta apresentada” Impactos e consequências esperados e setores a serem afetados pela aprovação da matéria “Espera-se uma melhoria no sistema de monitoramento e gestão da qualidade da água, com repercussões ambientais positivas”. Então, está aberta ali a proposta de resolução, essa é a justificativa. O Gustavo está inscrito para comentar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que o seguinte, eu não vejo um sentido em criar uma rede que exclui a água subterrânea e que exclui o monitoramento quantitativo, então eu acho assim, o esforço do poder público para criar uma rede ele é muito grande para você falar assim, vai ser uma rede só de monitoramento qualitativo você pode falar até que o (...) não é pouca coisa tá, e de águas superficiais, por exemplo, eu participei do grupo para definir aquela proposta de resolução de gestão integrada de recursos superficiais e subterrâneos, você ver que uma coisa está muito interligada com a outra, então acho assim, no fundo, as ferramentas para se trabalhar, eu vou pegar pelo menos a rede enquanto tal, a rede não só no aspecto da rede física, mas a rede virtual aí de informação, eles são bastante... tem vários aspectos similares, por exemplo, de localização, coordenada geográfica, a situação, a região do território e tudo mais, então acho que não estou vendo, eu acho esse esforço deveria ser feito no sentido de que a rede, essa rede, fosse qualiquantitativa e de águas superficiais e subterrâneas e não apenas qualitativa de águas superficiais, assim, essa é a observação principal que eu faço, eu... agora, aí a ANA vai falar “ah, mas a água subterrânea é de gestão dos Estados” mas a maior parte da água superficial também é, da gestão dos Estados né. Quem tem mais domínio sobre a água subterrânea é a CPRN, e nós da ANA sobre a água superficial, mas eu falo, isso é problema seu, vocês são do mesmo Governo, se entendam né, no tanto que a rede ela não precise ser só a rede da ANA, embora a ANA tenha responsabilidades sobre sistema nacional de informações de recursos hídricos, o que engloba tanto a água superficial quanto a água subterrânea, então o comentário que eu faço é esse, eu não entendo, parece que um setor da ANA está querendo isso,

e aí virou vontade da ANA, mas eu não vejo sentido em fazer uma rede apenas de água superficial né.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu concordo com o Gustavo, agora é o seguinte Gustavo, a minha sugestão, eu não tenho informação porque aqui considerando que a ANA já tenha uma resolução da ANA, o último considerando, a ANA já criou a rede nacional de monitoramento e de qualidade tá, então agora essa resolução eu estou entendendo é só para que os Estados forneçam as informações para essa rede já criada pela ANA. Eu entendo também, por isso que eu concordo contigo, que a ANA é responsável pelo sistema nacional de informações, e que todos esses dados de qualidade, quantidade, superficial e subterrâneo deveria estar dentro do sistema nacional de informações, não há necessidade da ANA gerar o dado, (...) com o banco de dados da CPRN, eu não tenho a informação se eles já estão fazendo isso, então a minha sugestão é que, quando nós formos discutir isso em uma próxima reunião a gente convide o superintendente da ANA, responsável por rede, e talvez alguém, inclusive da CPRN a gente vem aqui, eles fazem uma exposição rápida sobre esse assunto, e a gente ver o que pode, porque aqui, a impressão que eu tenho que deve ter sido gerada lá na ANA é que eles têm dificuldade de obter essas informações nos Estados, então está recorrendo a nós do Conselho para ter uma resolução para bater, então seria bom antes da gente né... a gente escutar para ver se é só isso mesmo, se é preciso mais alguma coisa com relação a água superficial, água subterrânea, eu acho que, a minha sugestão era que a gente convide os dois órgãos vir aqui para esclarecer antes da gente... eu acho que é uma coisa essencialmente técnica e a gente não tem como fazer.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Celia está inscrita.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH) – Eu queria falar uma coisa, eu sou de Minas né, a gente conhece bem o (...) e o que eu vejo também é que tem que ser consultado os Estados, porque existe uma dificuldade muito grande, por exemplo, eu sei que Minas Gerais tem um sistema de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas tá, já tentou, essa tentativa de colocar os dois dados em um sistema compatível já vem acontecendo há mais de dois anos, ANA e o Estado de Minas Gerais vem conversando e não é fácil compatibilizar, porque as datas, a frequência que Minas Gerais propôs não é a frequência que a ANA usa, é uma frequência diferente, os meses são diferentes, aí começa a se adequar alguma coisa, então eu acho que é uma questão realmente que tem que ser conversada muito melhor, porque isso implica na adequação do sistema estadual de gestão que já também foi implementado de alguma forma diferenciado do que a ANA está se propondo, então para mim, há que ocorrer uma conjunção de esforços dos Estados com a ANA para se formar esse banco de dados, e aí é uma conversa até que é mais Governo Federal, Governo Estadual, do que com... o Conselho tem interesse em que isso aconteça, mas é um esforço que a ANA, eu acredito que a própria ANA tenha que fazer.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sonáli.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Eu entendo também que essa é uma instrução que cabe à ANA, é uma operacionalização, é definição de procedimentos para envios de informações, e lembrando aqui a Resolução ANEEL-ANA 03/2010 que define para o setor elétrico, procedimentos de implantação e manutenção da rede hidrométrica para que ele opere os reservatórios né, então isso é algo que diz respeito a meu ver, à ANA, é um tratamento dentro da ANA não caberia uma resolução do CNRH para atuar sobre esse assunto.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Não, Sonáli, eu acho que não. Eu acho que quando a gente está falando de rede de domínio do Estado, não é uma instrução da ANA, porque a competência para o monitoramento de domínio do Estado é do órgão estadual, então não cabe a ANA fazer uma resolução impondo algum procedimento ao Estado, por isso que eles pediram, (...) aqui. Agora, o quê que eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, é aí eu acho que não é só chamar a ANA e a CPRN, eu acho que tem que chamar os Estados porque eu não posso como CNRH, Conselho Nacional, fazer uma resolução que eu crio uma obrigação para os Estados se eu não criar meios para os Estados cumprirem aquela obrigação, eu vou jogar esses Estados em uma situação muito delicada, eu digo que você tem que produzir o dado dessa forma, me mandar, se você não tiver, adota o meu sistema, mas produzir dado custa dinheiro, né? Então, eu acho que essa resolução tem que ser muito cuidadosa porque para área lá de sistema de informação da ANA eu quero dado Estado, agora para o cara que está lá no Estado o orçamento dele é desse ‘tamanhinho’ que tem que dar outorga, fazer plano, enquadramento, acompanhar o Comitê não sei, daqui a pouco vem uma imposição dele para produzir um tipo de informação em um padrão não sei o que, e a gente não dá meios para ele fazer isso, eu acho que a gente tem que ter um pouco de atenção aí, por isso que eu acho que quando convidar, convidar a CPRN, convidar a ANA sem dúvida, um Estado que esteja com o seu sistema interligado ao sistema da ANA, e um Estado, aí a ANA classifica lá um Estado que tenha sistema funcionando e não esteja interligado ao da ANA e um que não tenha, tipo assim, tentar ver três situações dos Estados até para sentir deles como é que isso impacta no cotidiano dos caras, porque senão daqui a pouco a gente cria uma regra geral e ela não é aplicável.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI (CHESF) – Mas veja bem, o CNRH vai estar definindo procedimentos de envio de dados?

[2:24:11] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim, pode.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI (CHESF) – Que eu acho... eu não estou dizendo que não pode, eu estou perguntando se ele vai chegar nesse ponto, nessa operacionalização, CNRH?

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Mas eu não peço para a ANA me enviar os dados de cobrança, não pelo para as delegatárias, a CTCOB todo ano tem uma reunião que ela vem, traz dados sobre cobrança e sobre a aplicação do dinheiro.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI (CHESF) – Aqui a gente está falando do CNRH está definindo procedimentos de envios de dados, procedimento para envios de informações relativas ao monitoramento.

O SR. JULIO THADEU KETELHUT (SRHQ/MMA) – Pode. Quem não pode é a ANA.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI (CHESF) – Não, eu não estou dizendo que não pode, eu estou dizendo se é pertinente que isso venha para o CNRH.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – A quer dizer, se o CNRH não fizer quem fará?

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo e Julio.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – A primeira pergunta, essa matéria é dessa Câmara Técnica?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Era isso que eu ia falar, eu acho que é da CTAP isso aí.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG)– Então, se é da CTAP eu acho que deveria ser remetida para a CTAP com algumas indagações que já foram levantadas aqui, eu gostaria que tanto essa... e até lembrei porque eu participei lá em Belo Horizonte agora, antes de vir para cá, dos dois primeiros dias do seminário Simpósio Latino Americano de Monitoramento de Água Subterrânea, então a coordenação da rede, não sei se é de informação e monitoramento de águas subterrâneas ou rede integrada de monitoramento de água subterrâneas RIMAS no Brasil é feita exercida pela CPRN, você vê que é uma matéria que já cada um desses órgãos, ANA e CPRN de alguma forma já estão fazendo um trabalho um com a água superficiais e outro com águas subterrâneas, mas eu falo assim, será que não é o caso de pensar um pouco maior e aí para CTAP avaliar como integrar isso no sistema nacional de informações de recursos hídricos, antes de simplesmente dar um aval para uma série de medidas como integrar, qual que é a base dessa rede, por exemplo, foi dito lá que em alguns casos de monitoramento de águas subterrâneas cada três meses uma equipe móvel vai no local, e colhe os dados, é um dispositivo que você liga direto no computador e já sai os dados prontos que são colhidos hora-a-hora, dia-a-dia sei lá, e vai tudo para um banco de dados centralizados, então qual que é o banco de dados centralizado? Quais os parâmetros que devem fazer parte dessa coleta de dados, né? Então, eu acho assim, muito antes talvez de criar essa obrigação para os Estados, eu acho que o ideal, eu não sei nem se eu estou falando coisa que já está estabelecida, porque pode ser que a ANA já estabeleceu isso, mas assim, não tem cabimento hoje eu acho que nos dias atuais você passar para um camarada para ele colher os dados e bater lá a mão no Excel e depois mandar para a ANA, porque boa parte das ferramentas para analisar esses dados elas já são ligadas a softwares que já vão marcando as informações qualitativas, por exemplo, que são fundamentais e, às vezes, algumas já estão dando as informações até em tempo real, não precisa nem de passar de um lugar para o outro para cair na rede, então acho que assim, essa engenharia que é a base dos dados, essa talvez seja o grande papel da ANA nesse momento, agora como isso aí se dar talvez seja o caso da Câmara de Projetos né, a CTAP, a Câmara de Projetos analisar e ver como que vai desenvolver isso.

A SR^a. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Só um momento. Na Resolução Nº 13 a competência para diretrizes gerais é da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a ANA cabe a operacionalização disso, mas eu não tenho como emitir regras quanto ANA para obrigar os Estados, esse é o ponto, entendeu? Eu não sei se deu para esclarecer bem, mas está dentro do papel do CNRH.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É, está dentro do papel. O que precisa também um pouco... tem, eu reconheço esse problema que a senhora colocou dos Estados também, a gente tem que escutar os Estados claro, porque tem problemas operacionais, problemas da interface de informações, agora também tem problemas corporativos. Então, às vezes, não fornece o dado por coisas políticas, para esconder, por poder, aquela história que a gente conhece de sempre, então eu acho que é bom até talvez na CTAP, na hora que for fazer essa análise, fazer uma análise de como está o sistema nacional de informações de recurso hídricos, quer dizer, é isso, que o sistema nacional de recursos hídricos...

[2:29:39] A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – *(Inaudível)*... porque a base da política é a informação, então se a gente não consegue, como é que vai fazer?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Pois é. O quê é necessário para o Conselho, quer dizer, isso talvez seja uma das atividades, o quê é necessário para o Conselho para que haja essa compatibilização e essa disponibilização de informação pelo sistema.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH) – Júlio, é Célia da ABES. Aqui essa já é a matéria que a gente domina né, então o que eu posso dizer para você é o seguinte, que nem sempre dado é informação, dado é dado, tá? E esses dados eles estão em bancos de dados, por exemplo, em Minas Gerais eu conheço muito bem, tem dados com componentes diferenciados do que a ANA usa e Minas Gerais usa, o índice de qualidade de Minas Gerais é um para água, o índice de qualidade da ANA é outro, considera parâmetros diferentes, então isso tudo tem que ser bem conversado, sabe? Eu acho que é difícil para o Conselho Nacional fazer essa consideração para o Brasil todo sem uma discussão, sem um projeto realmente, fazer disso um projeto, eu acho que até cabe a gente depois formatar uma deliberação para promover essa integração dos bancos de dados, mas antes disso é necessário um diagnóstico de como é que esses bancos de dados estão, quais os dados que estão sendo levantados, qual a possibilidade de se fazer uma uniformização nesses dados para que aí sim a ANA possa ter essa informação que ela quer gerar.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente com a Célia a gente encerra os comentários em relação a esse item. A proposta é encaminhar para a CTAP essa matéria com os nossos comentários iniciais, eu acho que não custa mandar já o que a gente levantou aqui. Todos de acordo com esse último encaminhamento colocado? O